

A estratégia do PT de manter a candidatura de Lula até o último momento foi acertada? Os petistas não deveriam abrir mão da candidatura e apoiar um candidato com maiores chances de vencer a extrema direita no segundo turno? Para responder as perguntas que inquietam os brasileiros na reta final do processo eleitoral, a newsletter **Adufrj nas Eleições** convidou o cientista político Ivo Coser, coordenador do Núcleo de Teoria Política da UFRJ. Já a reflexão sobre outro tema que atormenta os eleitores de Norte a Sul, a segurança pública, ficou por conta do sociólogo Michel Misse, um dos maiores especialistas do país no assunto. Boa leitura!

Artigo

IVO COSER

Cientista político e coordenador do Núcleo de Teoria Política da UFRJ

Se o PT abra-se mão da candidatura para apoiar Ciro, sofreria uma autofagia

Ainda não temos como avaliar se o Partido dos Trabalhadores acertou na tática de anunciar “tardiamente” o nome de Fernando Haddad como candidato à Presidência da República. Toda estratégia depende de seu resultado. Uma estratégia só é vitoriosa se, ao final, for bem sucedida. O Partido dos Trabalhadores agiu como um partido hegemônico procurando manter a predominância no campo eleitoral e ideológico que ele acha que é seu. Neste sentido, ele bloqueou a possibilidade de outras candidaturas concorrentes nesse campo. É claro que, do ponto de vista dessas candidaturas, fundamentalmente a de Ciro Gomes, a estratégia foi “sufocante”, podemos falar assim. O PT fez diversos acordos nos estados com o intuito de manter uma candidatura hegemônica à presidência.

Alguns apontam que se o PT não tivesse feito este movimento internamente – de lançar uma candidatura própria – e apoiasse um candidato que já tivesse se colocado, como o Ciro Gomes, que é de um campo bem próximo ao seu, o partido sofreria uma desagregação interna. Uma espécie de autofagia. Este é um cenário possível. Então, ele bloqueou

qualquer possibilidade de aliança com um “cabeça de chapa” externo.

O segundo ponto a ser analisado em relação à candidatura de Fernando Haddad é a capacidade de transferência de votos. Dilma Rousseff não herdou o percentual de votos que Lula teve em nenhuma das duas eleições, em nenhuma região do país, inclusive no Nordeste, que é considerada, ainda hoje, uma área onde o nome do Lula aparece com muita força. Então, é bastante provável que Haddad não chegue nem no patamar de Dilma no primeiro turno.

A ideia de manter Lula candidato, mesmo preso, apenas reforça certo “messianismo” que já existia. O “Lulismo” já era um fenômeno nacional desde a saída de Lula da Presidência da República. A dramaticidade da prisão, portanto, não o cria. Não há, aí, uma novidade. O que é uma novidade, num certo sentido, é que os adversários da candidatura do PT não levaram em conta a força do Lulismo em suas estratégias de campanha. Este fenômeno segue resistindo, a despeito de todos os resultados negativos do governo Dilma. É possível imaginar, também, que o PT não lançou antes outro nome porque sentia que qualquer pessoa seria bombardeada por inquéritos policiais, como foi o exemplo do Jaques Wagner.



ARQUIVO PESSOAL

Então, pode ter sido um mecanismo de defesa do partido: lançar o Lula, que já está preso, para ganhar tempo até a escolha do seu candidato definitivo.

Manter Lula candidato sinalizava que ocorreria uma substituição. Se pensarmos na imagem, em alguns momentos, o Haddad faz questão de aparecer com máscaras do Lula. A ideia é de sinalizar a “passagem de bastão”. Ele tinha que ser “ungido” na convenção do partido como vice do Lula para que essa transmissão ocorresse.

Entretanto, é importante assinalar um aspecto. Caso, Haddad e o PT desejem buscar um eleitorado de centro que lhes garanta uma vitória no segundo turno, Haddad terá que sinalizar que possui autonomia decisória. Que é capaz de tomar decisões sem consultar Lula, e, mais, revelar que possui opinião própria sobre assuntos relevantes. Em particular, que pensa e decide distintamente da presidente do partido. Este movimento de autonomia tem que ocorrer de maneira clara, mas sem romper com o Lulismo. Até porque não há chances de vitória fora dele. Há grandes possibilidades de que tal movimento lhe traga votos de setores que não desejam Bolsonaro e que pretendem votar nulo num segundo turno, mas que aceitariam votar num candidato do PT, que, no entanto, possua pensamento próprio. Sem dúvida que é um movimento complexo e delicado, mas que talvez ofereça a Haddad votos importantes.

Tanto Haddad como Bolsonaro precisam fazer política. Bolsonaro precisa convencer que não é o candidato do ódio, precisa apagar vídeos, declarações etc que tragam esta imagem. Uma ação que o stalinismo e as ditaduras em geral sabem fazer, reescrever o passado. Resta saber se os eleitores vão aceitar. Haddad precisa fazer um movimento que lhe garanta a força do lulismo e, que ao mesmo tempo, sinalize sua capacidade decisória.

Artigo

MICHEL MISSE

Professor titular do Departamento de Sociologia do IFCS-UFRJ e coordenador do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana da UFRJ. Dirige desde 2012 a Editora UFRJ.



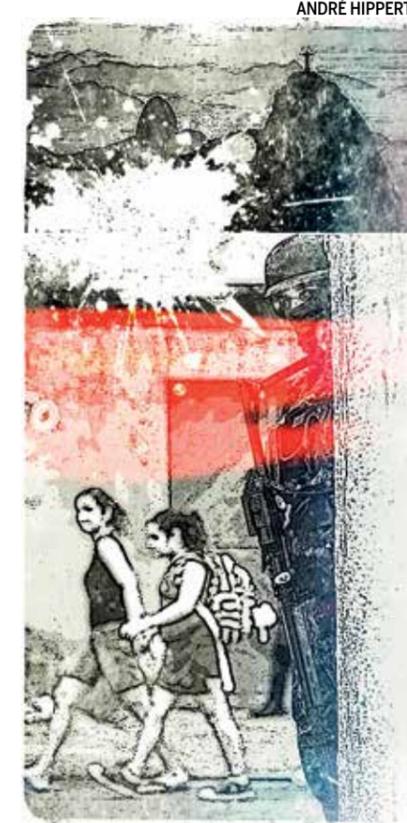
FERNANDO SOUZA

Intervenção: a repetição dos erros de sempre na segurança pública

Alguém me recordou recentemente uma irônica teoria do prof. Mario Henrique Simonsen. Essa teoria afirma que, no Brasil, pratica-se uma epistemologia da indução invertida (ou coisa que o valha). Segundo essa teoria, repete-se infinitamente, com as mesmas condições, uma experiência que sempre dá errado, na expectativa de que algum dia, quem sabe?, se evidencie que dará certo. Evidentemente o professor ironizava uma certa tendência de nossas elites a repetir escolhas que comprovadamente não funcionam, numa espécie de pragmatismo às avessas. Na área de segurança pública, contra todos os diagnósticos especialistas, a teoria da indução negativa vem sendo repetida *ad nauseam*.

Os jornalões desta semana noticiaram que o general Braga Netto, comandante da intervenção federal no Rio de Janeiro, informou que, sete meses após o seu início, estão sendo comprados 3.605 veículos, mais de 30 mil armas, um milhão de projéteis, 24 mil coletes à prova de balas, 7 mil equipamentos de proteção individual e 268 mil peças de uniformes para as polícias. Criticou, com razão, os emperramentos da lei das licitações (a célebre lei 8.666 – a besta do apocalipse!, outro exercício da teoria da indução negativa) que, segundo ele, explica o atraso no processo de aquisição dessa arsenal de guerra. Mas o general não explica por que é necessário investir cada vez mais em equipamentos que vêm sendo comprados, em inútil quantidade, há mais de meio século, sem que o enfrentamento da violência tenha alcançado resultados elogiáveis.

Curiosamente, a se crer nos dados, a



ANDRÉ HIPPERT

única coisa que deu razoavelmente certo na política de segurança pública no Rio de Janeiro neste meio século, foi a criação das chamadas UPPs. Com todas as críticas e problemas reconhecidos pelos especialistas, não foi o aumento do arsenal, mas a presença policial regular em algumas comunidades, junto com a política de metas de redução de homicídios, os responsáveis pela significativa redução dos homicídios e das mortes de civis e de policiais em suposto confronto entre 2009 e 2013. O fim programado das UPPs deveu-se à crise fiscal do Estado, mas, nas favelas, também aos erros repetidos de policiais dessas

áreas, entre os quais a tortura e morte de Amarildo, o nome do trabalhador que se transformou em símbolo do início do fim das UPPs.

A intervenção federal na área de segurança pública, uma inovação que preservou o governador eleito mas não o seu secretário de segurança chegou, como se sabe, sem projeto anterior, sem planejamento, sem nada. Um “abacaxi” para os militares que, cumprindo ordens emanadas de cima, atracaram na baía de Guanabara sem saber muito bem por onde começar. Havia expectativas positivas nas classes médias e expectativas, digamos, preocupadas, nos setores populares, entre cidadãos que ainda não se habituaram com as investidas militarizadas que duram também meio século em seus bairros, sem maiores resultados. O assassinato de Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes assinalaram, desde o início, que a intervenção federal seria mais do mesmo.

A compra de todo esse arsenal, sem que se tenha alterado qualquer indicador de qualidade de gestão, sem qualquer alteração nas repetidas e inúteis operações policiais, que deixam mortos entre crianças e trabalhadores e um rastro de ódio entre os populares, o continuado aumento de homicídios, morte de civis e policiais, crimes violentos contra o patrimônio público e privado, expansão da atuação de milícias (agora inclusive contra pescadores na baía de Guanabara e na baía de Angra dos Reis) e a endêmica corrupção policial – tudo isso só vem comprovar a persistente crença na teoria da indução invertida, para glória de seu insigne formulador, o finado professor Simonsen. Que o eleitor pense nisso, antes de continuar a aplicar a mesma teoria nas urnas.